



Ciência Aberta em Enfermagem de Saúde Mental: transparência, reprodutibilidade, cooperação e acessibilidade

Rosa Silva¹, <https://orcid.org/0000-0002-3947-7098>

Diana Rodrigues², <https://orcid.org/0000-0002-7602-1313>

Mafalda Lopes³, <https://orcid.org/0000-0001-6157-7821>

¹ Professora Adjunta na Escola Superior de Enfermagem do Porto e Investigadora no Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde, da Universidade do Porto; Portugal.

² Assistente Convidada na Escola Superior de Enfermagem do Porto e Bolseira de Investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia/Centro de Investigação em Tecnologia e Serviços de Saúde da Universidade do Porto; Portugal.

³ Técnica Superior na Escola Superior de Enfermagem do Porto. Portugal.

Quem aprecia a ciência ou tem necessidade dela depara-se, frequentemente, com novos conceitos e metodologias de trabalho, algo que é positivo!

Mostrando que estamos a evoluir, a refletir sobre as necessidades e a procurar soluções. O conceito de Ciência Aberta é um caminho a seguir na ciência em geral e, por conseguinte, é um tema de grande interesse para a investigação que se faz em enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica.

Ciência Aberta, o que é?

Ciência Aberta reflete um contexto de acesso aberto à informação, possibilitando aos investigadores um espaço de partilha em ambiente aberto e de livre acesso ao público. Nesta conjuntura, a Ciência Aberta torna-se uma ferramenta de partilha de conhecimento entre os membros da comunidade científica e a sociedade, com um alto impacto social e económico, o que também lhe dá um carácter de maior proximidade com o cidadão.



Com a Ciência Aberta é possível aos investigadores moverem-se, de uma zona restrita e fechada, para a utilização de ferramentas que fomentem a uma maior divulgação do trabalho científico desenvolvido, imprimindo maior rigor e transparência aos processos. Segundo a Comissão Europeia (2016), esta apresenta uma nova perspetiva do processo científico, baseada no trabalho cooperativo e em novas formas de disseminação do conhecimento, utilizando tecnologias digitais e ferramentas colaborativas, contribuindo assim para uma ampla divulgação científica, ou seja, partilhando o trabalho científico com a sociedade, seja ela um público especializado ou não.

Em Portugal, com a entrada em vigor da Lei da Ciência (Decreto-Lei n.º 63/2019), aprovada em Conselho de Ministros a 21 de fevereiro de 2019, a 17 de maio de 2019 e com a reformulação do regime jurídico das instituições que se dedicam à investigação científica e ao desenvolvimento tecnológico, procura-se alcançar, entre outros objetivos, o estímulo para a adoção de práticas e processos abertos de criação, partilha e utilização do conhecimento científico pelas instituições de I&D, tendo por base as estratégias de "Ciência Aberta" e o "Direito à Ciência", especialmente em relação ao acesso e à participação. No âmbito do artigo 8º, é esperado que as instituições de I&D contribuam para a promoção de uma ciência aberta, em conformidade com as melhores práticas internacionais. Isso implica garantir o acesso livre e aberto do conhecimento científico ao público, além de promover o envolvimento e a interação com a sociedade. (Portugal, 2019).

Portanto, a Ciência Aberta contribui para a terceira missão das universidades e/ou instituições de ensino superior, que é o retorno do seu produto à sociedade, tendo em vista a responsabilidade social (Silva et al., 2021).

Quais são as vantagens da Ciência Aberta?

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD, 2015) refere que a Ciência Aberta tem como benefícios: redução de custos de criação, transferência de dados, reutilização de dados para mais ciência, oportunidades de parcerias efetivas em equipas de investigação, aumento de qualidade e transparência no processo de validação, transferência de conhecimento com maior rapidez e envolvimento dos cidadãos na ciência. Em linha com este pensamento o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2016) menciona que as principais vantagens da Ciência Aberta incluem: a divulgação do trabalho científico, o aumento da eficiência na investigação, a criação de novas áreas de pesquisa, a promoção do rigor académico, o envolvimento da sociedade e a cultura científica, o maior impacto social e económico da ciência, o retorno científico para as instituições e a valorização do património cultural.

Quais são os princípios subjacentes à Ciência Aberta?

- (i) Transparência nas práticas, metodologia, observação e recolha de dados;



- (ii) Disponibilização, acesso público e reutilização dos resultados da investigação (publicações e dados);
- (iii) Transparência na comunicação científica;
- (iv) A utilização de ferramentas baseadas na web para facilitar a colaboração científica (European Commission, 2016).

A Ciência Aberta na Investigação em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica

A Ciência Aberta na Investigação em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica será uma oportunidade de se acelerar o seu rápido crescimento e utilidade social. A Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental – é um bom exemplo de prática de acesso aberto, que permite a disponibilização online e sem limitações aos resultados científicos, com prévia revisão por pares. Revisão esta que, ainda não é aberta, mas que será certamente o caminho a seguir, à semelhança outras publicações científicas. No entanto a Ciência Aberta em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica não se pode reduzir à disseminação aberta dos resultados científicos. É também esperado que os investigadores partilhem dados, o que implica a publicação online para acesso e reutilização desses dados recolhidos durante um projeto de investigação; o código aberto, que se refere a um software que pode ser acedido de forma livre com uma licença de código fonte; a investigação replicável aberta que consiste no ato de praticar a Ciência Aberta para permitir a replicabilidade independente dos resultados de investigação e, ainda permitir que o conhecimento produzido pelos enfermeiros de saúde mental e psiquiátrica se encontre nas redes abertas de ciência e, ainda caminhar para a Ciência Cidadã.

A investigação em enfermagem tem adotado crescentemente os princípios e práticas de abertura, transparência e partilha de informações. Por isso, as práticas da Ciência Aberta têm vindo a ter grande destaque nesta disciplina científica, desta forma a Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica precisa também de entrar neste movimento que promove a colaboração, a acessibilidade e a reprodutibilidade dos resultados dos processos de investigação que os enfermeiros desenvolvem nos seus processos académicos e noutros tipos de projetos.

Em síntese, consideramos que a Ciência Aberta na Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica, procurará:

O acesso aberto: o que significa que artigos científicos, teses e dissertações devem ser disponibilizados gratuitamente, sem barreiras financeiras, para que todos possam ler, transferir, distribuir e utilizar os resultados da pesquisa.



A partilha de dados: que, permita aos investigadores aceder, analisar e reutilizar esses dados. Ajudando a promover a transparência, a verificabilidade e a reprodutibilidade dos estudos realizados em enfermagem.

A reprodutibilidade: Os investigadores são encorajados a fornecer informações detalhadas sobre os seus métodos de investigação, protocolos e análises, permitindo que outros investigadores reproduzam e verifiquem os resultados.

A colaboração: inclui a partilha de ideias, dados e recursos para promover a produção científica conjunta e o avanço do conhecimento em enfermagem.

A Ciência cidadã: ou seja, procura envolver o público em geral e os utilizadores dos serviços de saúde de saúde. Isso pode incluir a participação de doentes, familiares, e outras partes interessadas no processo de investigação, desde a definição de prioridades até à disseminação dos resultados.

Portanto, nesta ótica, os profissionais de enfermagem e investigadores em enfermagem de saúde mental e psiquiatria, e o cidadão, podem beneficiar de uma divulgação mais eficiente do conhecimento produzido, transparência e colaboração nos processos de investigação. Essa abordagem contribui para o avanço do conhecimento, a melhoria da qualidade dos estudos e o envolvimento ativo da sociedade no processo científico.

Referencias bibliográficas

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2016). Ciência Aberta | Sobre Ciência Aberta [Internet]. Lisboa: MCTES [cited 2017 Dec 9]. Available from: <http://www.ciencia-aberta.pt/sobre-ciencia-aberta>

European Commission (2016). Open innovation, open science, open to the world: a vision for Europe [Internet]. Brussels: European Commission. Available from: <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/3213b335-1cbc11e6-ba9a-01aa75ed71a1>

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD, 2015), Frascati Manual 2015: Guidelines for Collecting and Reporting Data on Research and Experimental Development, The Measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264239012-en>.

Portugal. Presidência do Conselho de Ministros (2019). Decreto-Lei n.º 63/2019, aprova a Lei da Ciência em Conselho de Ministros a 21 de fevereiro de 2019.

Silva, Rosa; Cardoso, Daniela; Cardoso, Maria; Sá, Maria & Apóstolo, João (2021). Envolvimento do cidadão nas atividades científicas e extensão do conhecimento à sociedade. Revista da Escola de Enfermagem da USP, 55.